

# Estabilidade: continua impasse nas negociações

BRASÍLIA — O Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Senador Albano Franco (PMDB-SE), reuniu-se ontem com o Presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, o **Joaquinzão**, para discutir a questão da estabilidade no emprego. Porém, as duas partes se mantiveram irreduzíveis nas posições assumidas e não foi possível chegar a um acordo.

Os empresários, segundo Albano Franco, não abrem mão de fixar no texto permanente o conceito da indenização progressiva como instrumento de garantia do emprego. A CGT não aceita esta solução e insiste em que o melhor para a classe trabalhadora é remeter a matéria para a legislação ordinária, como quer a Liderança do PMDB.

Albano, entretanto, disse que ainda não considera a discussão terminada. Admite que dificilmente a CGT cederá, mas afirmou que continuará trabalhando junto às Lideranças do PMDB em busca de consenso para a proposta de indenização, que tem o apoio dos diversos setores empresariais.

Segundo o Senador, a União Brasileira de Empresários (UBE) já está praticamente de acordo com a proposta, que vai resultar da fusão das emendas dos Deputados Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ) e Luís Roberto Pontes (PMDB-RS), este último do Centrão. A emenda deverá estabelecer a garantia do emprego mediante indenização progressiva, sem prejuí-



Fernando Henrique (à esquerda): em busca de uma proposta alternativa

zo de outros benefícios que a lei venha a determinar.

O Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) informou que vai começar a trabalhar para que a bancada do seu partido tenha liberdade de optar entre as duas propostas. Ele não conversou ainda com o Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, mas acredita que esta é a melhor solução para evitar desgaste da Liderança do par-

tido na votação da matéria, caso a emenda que institui a indenização progressiva seja vencedora.

A Liderança do PMDB até agora está inflexível na sua posição. Com relação ao conceito de indenização progressiva, o máximo que Mário Covas admite é adotá-lo nas Disposições Transitórias, para regulamentar as demissões imotivadas até que a legislação ordinária disponha sobre a matéria.

# Ulysses vai exigir mais esforço do plenário

BRASÍLIA — O Deputado Ulysses Guimarães comunicou ontem aos Líderes de partidos e grupos que, a partir da próxima quinta-feira, terminado o carnaval, haverá um esforço concentrado de votação que incluirá os fins de semana e, sempre que necessário, as manhãs. A advertência, feita durante reunião matinal para discutir a questão da propriedade, foi prontamente respondida, em nome do Centrão, pelo Deputado Gastone Righi (PTB-SP). Ele disse que não aceitava a decisão e que os centristas não poderiam garantir quorum nos fins de semana.

Irritado, o Presidente da Assembléia Constituinte respondeu que estava cumprindo o seu dever, que é o de apressar a votação para que a nova Constituição seja promulgada o mais rápido possível. Quem não estiver de acordo com isso, disse Ulysses, deve "arcar com a responsabilidade".

O Senador Marco Maciel, Presidente do PFL, vai propor a Ulysses que, em vez de votações aos sábados e domingos, elas sejam realizadas às terças, quartas e quintas-feiras de manhã, à tarde e à noite, com intervalos apenas para as refeições. Para ele, não haverá mesmo quorum nos fins de semana, porque há muitos Constituintes em campanha para as Prefeituras. A proposta de Maciel tem o apoio do Centrão, manifestado pelo Coordenador de Mobilização do grupo, Deputado Daso Coimbra, e pelo Deputado José Lourenço.

# Aureliano deve trocar Ministério pelo PFL

BRASÍLIA — O Ministro Aureliano Chaves deverá deixar o Ministério das Minas e Energia quando a nova Constituição for promulgada, assumindo a Presidência nacional do PFL, partido do qual é hoje Presidente de Honra. A informação é de um dirigente nacional do partido. O atual Presidente pefelista, Senador Marco Maciel, se dedicará à organização do PFL em Pernambuco.

As convenções municipais do PFL estão marcadas para o dia 28. Logo depois, serão convocadas convenções estaduais e, por fim, a nacional, no dia 15 de maio. Nela, será eleito o novo Diretório Nacional, que indicará a Executiva e o Presidente do partido. Se a eleição presidencial for este ano, Aureliano Chaves entrará imediatamente em campanha.

Hoje, o PFL está dividido, com cinco Senadores e 47 Deputados federais defendendo eleições gerais este ano e dez Senadores e 71 Deputados dispostos a votar no mandato de cinco anos para o Presidente Sarney.

# Moreira condena tese do rompimento

O Governador Moreira Franco condenou ontem o movimento articulado por alguns setores do PMDB, especialmente os mais à esquerda, em favor do rompimento com o Presidente José Sarney e à criação de uma nova sigla. Às voltas com os problemas decorrentes da catástrofe de Petrópolis, Moreira ausentou-se por alguns dias das articulações políticas nacionais para se dedicar, em tempo integral, ao trabalho de atendimento às vítimas e de reconstrução da área devastada pelo temporal. Ontem, entretanto, numa rápida entrevista, ele reafirmou sua posição em favor da unidade do PMDB.

— Sou um arauto da unidade. Acho que todos nós devemos permanecer no PMDB. Não tenho a menor dúvida de que conseguiremos superar estes problemas. A vitalidade do PMDB reside exatamente na sua capacidade de superar crises. Vamos superar também esta: históricos, históricos e todos os outros grupos permanecerão no partido — acredita.

Para o Governador, as divergências entre as várias facções do PMDB na Assembléia Constituinte não serão capazes de cindir irremediavelmente o partido.



Moreira prega unidade no PMDB

— O entendimento no PMDB vai se dar em torno de um programa com propostas claras para o futuro. Nós temos que discutir democraticamente, dentro do partido, os nossos pontos de vista. O programa é que vai nos unir.

# Quércia: só Constituinte decide sobre o mandato

BRASÍLIA — O Governador de São Paulo, Orestes Quércia, defendeu ontem, após audiência com o Presidente José Sarney, um mandato de quatro anos para os futuros Presidentes, com direito à reeleição. Afirmou que apenas a Assembléia Nacional Constituinte pode decidir sobre a duração do mandato do atual Presidente. Quércia admitiu já ter sido mais explícito na defesa dos cinco anos de mandato para Sarney, mas, agora, obedece à orientação do PMDB de não interferir nos trabalhos da Constituinte.

O Governador afirmou que a prioridade política nacional deve ser a de colaborar para a aceleração dos trabalhos da Constituinte, mas não considera que o atraso no cronograma de votação autorize a afirmação de que as eleições presidenciais, este ano, já estão inviabilizadas. Para Quércia, embora soberanos em suas decisões, os Constituintes não devem trabalhar ignorando a vontade popular e a necessidade do País de voltar a receber investimentos externos, o que está vinculado à conclusão da nova Carta.